



Número: **1093221-97.2024.4.01.3400**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Federal Cível da SJDF**

Última distribuição : **15/11/2024**

Valor da causa: **R\$ 200.000,00**

Assuntos: **Tarifa**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A. (AUTOR)			THIAGO SANDOVAL FURTADO (ADVOGADO) GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MARCIO PINA MARQUES (ADVOGADO) LUIZ ALBERTO BETTIOL (ADVOGADO) ANDRE SERRAO BORGES DE SAMPAIO (ADVOGADO)	
AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL (REU)				
Documentos				
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo	Polo
216048395 4	27/11/2024 17:25	Decisão	Decisão	Interno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
1ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO: 1093221-97.2024.4.01.3400

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

POLO ATIVO: EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.

REPRESENTANTES POLO ATIVO: ANDRE SERRAO BORGES DE SAMPAIO - DF12788, LUIZ ALBERTO BETTIOL - DF06157, MARCIO PINA MARQUES - DF21037, GUSTAVO ASSIS DE OLIVEIRA - DF18489 e THIAGO SANDOVAL FURTADO - SP237408

POLO PASSIVO: AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL

DECISÃO

Trata-se de ação de rito comum ajuizada por EDP SAO PAULO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A em face da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - ANEEL, objetivando, em sede de tutela de urgência, a suspensão da exigibilidade das multas administrativas decorrente do Auto de Infração nº 0015/2022-SFE/ANEEL, afastando-se, inclusive, sua inscrição em cadastro de inadimplente ou ainda em dívida ativa. Subsidiariamente, pleiteou a concessão de prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seguro-garantia, caso este juízo entenda necessária a apresentação de contracautela (p. 38 e 39 da inicial)

A Autora alega (id. 2158694199), em síntese, para a obtenção da medida de urgência, que foi notificada (Ofício nº 988/2024-SGAANEEL - doc. 15), em 29.10.2024, a efetuar o pagamento de multa no valor de R\$ 17.916.712,72 (dezesete milhões, novecentos e dezesseis mil, setecentos e doze reais e setenta e dois centavos), a ser acrescida da correspondente atualização legal, conforme estabelece o art. 37-A da Lei 10.522/2002, sob pena de inclusão no Sistema de Inadimplentes da ANEEL, no prazo de 20 (vinte) dias, e no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) e, cumulativamente, na Dívida Ativa, no prazo de 30 (trinta) dias, ambos contados a partir do recebimento da notificação pela EDP SP.

Aduz também que o processo administrativo nº 48500.000720/2022-84 está eivado de vícios, pois alega inadequação da imputação de suposta degradação do serviço, desconsideração do adimplemento substancial do Plano de Resultados,



desconsideração dos investimentos realizados, entre outros argumentos.

Decisão de id. 2158946132 indeferiu tutela provisória de urgência requerida.

Posteriormente, a parte autora apresentou seguro garantia e requereu novamente a concessão da tutela de urgência (id. 2160311166).

É o relatório suficiente.

DECIDO.

Prevê o art. 300 do CPC:

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão”.

Numa análise perfunctória, própria desta fase de cognição sumária, vislumbro a presença dos requisitos legais exigidos para a concessão da medida de urgência.

Quanto à pretensão de suspensão da exigibilidade da multa, o art. 151, II, do CTN, prevê que o depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário.

No presente caso, apesar de se controverter acerca de crédito não tributário (id. 2158694234), é aplicável a suspensão prevista no CTN, por analogia, tendo em vista que a cobrança do crédito também se dá de acordo com os ditames da Lei nº 6.830/80.

Com efeito, nos termos do art. 7º, inc. I, da Lei 10.522/02, será suspenso o registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal



(CADIN) quando o devedor comprove que ajuizou ação, com o objetivo de discutir a natureza da obrigação ou seu valor, com o oferecimento de garantia idônea e suficiente ao Juízo, na forma da lei.

Entendo suficiente para possibilitar a suspensão da exigibilidade do débito discutidos nos autos, ao menos por ora, o seguro garantia efetivado nos autos (id. 2160311253), **sem prejuízo de posterior revogação da medida acaso demonstrado que o seguro garantia foi realizado em montante inferior e não providenciada sua complementação.**

Ante o exposto, **CONCEDO a tutela provisória de urgência** requerida para, considerando o **seguro garantia**, suspender a exigibilidade do débito ora discutido (Processo Administrativo nº 48500.000720/2022-84), determinando que a ré:

a) abstenha-se de tomar quaisquer medidas de cobrança e de recusar-se a emitir certidões de regularidade em razão do referido crédito;

b) abstenha-se de incluir registro no CADIN ou, acaso já incluídos, promova sua suspensão, na forma do artigo 7º da Lei nº 10.522/02, em razão do referido crédito.

Revogo a decisão de id. 2158946132.

Intime-se a ré, **com urgência, via CEMAN.**

No mesmo ato, **cite-se** (art. 306 do CPC).

Cumpra-se com urgência.

Brasília/DF.

ARTHUR PINHEIRO CHAVES

Juiz Federal Titular da 1ª Vara – SJ/DF

